

Diversidade sexual e igualdade de gênero na escola: reflexões das práticas pedagógicas da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública Municipal do Recife-PE

Valdir Eneias Melo¹

Resumo: Este artigo teve como objetivo conhecer como os/as professores/as trabalham as temáticas de diversidade sexual e igualdade de gênero na escola. Apresenta aspectos das concepções de diversidade sexual e desigualdade de gênero fundamentado na legislação educacional brasileira e no âmbito dos Direitos Humanos. Compreendendo que a escola é o local por excelência de ensino-aprendizagem com a intencionalidade de formar pessoas críticas e questionadores da realidade vigente, como tais temáticas estão sendo vivenciadas? Como os/as professores/as estão atuando em suas práticas pedagógicas com a diversidade sexual e desigualdade de gênero? O estudo é de abordagem qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário com 13 professores/as da Educação Infantil e Ensino Fundamental I como também foi feita uma revisão literária em periódicos e livros para a construção deste artigo. Portanto, esperamos, mesmo que brevemente, ter contribuído para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos acerca das relações de gênero e diversidade sexual, desconstruindo os padrões de preconceitos e modelos discriminatórios, de uma sociedade marcada por muito tempo pela a-criticidade e não conscientização de indivíduos. **Palavras-Chave:** escola, diversidade sexual, igualdade de gênero, prática docente

Abstract: This article aimed to know how teachers work as themes of sexual diversity and gender equality in school. The conceptions of sexual diversity and gender inequality based on Brazilian educational legislation and on human rights are discussed. Understanding that a school is a local for teaching-learning excellence with an intentionality of forming critical and questioning peoples of current reality, how are these subjects being experienced? How are teachers acting in their pedagogical practices with the sexual diversity and the gender inequality? The study is a qualitative approach and uses as a data collection instrument a questionnaire application with 13 teachers of Early Childhood Education and Elementary Education as well as a literary review in books and reviews for a construction of this article. Therefore, we hope, even briefly, to have contributed to the work being developed on gender relations and sexual diversity, deconstructing the patterns of prejudices and discriminatory models from a society marked for a long time to criticality and non-awareness of individuals. **Keywords:** school, sexual diversity, gender equality, teaching practice

A prática de ensinar e de aprender são processos que envolvem professores/as e alunos/as numa constante interação. Quanto mais autêntica, dinâmica e rica forem estas interações melhores serão os ensinamentos e as aprendizagens mútuas. Neste processo, não surge apenas os conteúdos curriculares, mas emergem também temáticas das mais

¹É mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. melovaldir21@hotmail.com.

variadas. Como, por exemplo, temas sobre a diversidade humana, religiosa, étnica, política, sexual, gênero, entre outras. Demandas essas que estão cada vez mais presentes no ambiente escolar. Mas, o modelo escolar que ainda predomina no nosso país apresenta muitas dificuldades de convivência e/ou aceitação das diferenças existentes na diversidade humana.

A motivação para investigar tal temática surgiu a partir da minha vivência pessoal e profissional no contexto educacional, atrelado ainda, ao curso de aperfeiçoamento em Educação e Direitos Humanos – UFPE. Somando-se a isso, minha experiência na rede municipal de ensino do Recife evidenciou a presença de que professores/as resistem a garantir um ensino pautado no respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual.

As lutas por igualdades de gênero e respeitos as diferenças têm sido constantes em diversos contextos da sociedade, entre eles, e talvez um dos mais importantes – o ambiente escolar, que se caracteriza como o lugar da mudança, do universo da transformação. As discriminações de gênero e sexual são dilemas que, para serem resolvidos, precisa necessariamente instrumentalizar cada vez mais os/as professores/as no desenvolvimento do respeito e da pluralidade e enfrentamento. As apresentações das diversas formas de viver a diversidade sexual, que não estivesse em um padrão heteronormativo, sempre foram ignoradas e/ou excluídas no âmbito escolar, limitando-se, em geral, as questões de estudo do corpo físico, das diferenças biológicas, dos cuidados preventivos contra doenças sexualmente transmissíveis e afins. No entanto, tais estudos são muito pertinentes e necessários para um novo modelo de educação.

As pessoas que se reconhece com uma orientação sexual e uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico, geralmente, sofrem de inúmeros preconceitos, constrangimentos, violências física, moral e verbal. Tais situações existem tanto dentro como fora do contexto escolar. Mas, considerando que, a escola é um espaço de ensinar e de aprender sobre a diversidade humana, é preciso então, saber como tais temáticas estão sendo vivenciadas. Os/as professores/as estão aptos/as a lidar com a diversidade sexual e a desigualdade de gênero presente em sala de aula? Ou estão silenciando, reproduzindo (seja de forma consciente ou não) a discriminação contra as diferentes formas de viver a sexualidade e produzindo preconceitos cada vez mais gritantes. Eis a problemática deste estudo.

A partir do que foi descrito, este estudo tem como objetivo geral conhecer como os/as professores/as trabalham as temáticas de diversidade sexual e igualdade de gênero na escola e quais os limites e quais as possibilidades da ação docente diante de tais temáticas no contexto escolar. Para alcançarmos nosso objetivo geral, elencamos três objetivos específicos: a) qual a concepção de gênero e diversidade sexual os/as professores/as têm; b) quais são as dificuldades que eles/as enfrentam diante de situações de preconceitos; c) e por último, como esses temas são abordados em sala de sala.

Sendo que, para alcançarmos esses objetivos se fez necessário: se apropriar das diretrizes legais e fundamentações teóricas sobre a diversidade sexual e a igualdade de gênero na escola e identificar nos/nas professores/as dificuldades e possibilidades das práticas docente frente a tal temática. Pois, a escola é um local de formação cidadã e de aceitação e acolhimento de todas as manifestações da diversidade humana, e tem um papel importantíssimo no combate às discriminações e desigualdades de gênero. Os/as professores/as como facilitador/a do processo de ensino aprendizagem tem que ter uma postura pela laicidade na sala de aula que leve os/as alunos/as a aceitação da diversidade sexual no contexto da escola, como também fora dela.

A seguir uma breve abordagem teórica acerca da escola frente à diversidade sexual.

Abordagem Teórica: função da Escola diante da Diversidade Sexual: diretrizes legais

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei de nº 9.394/96, é lançada as bases para uma escola pluralista e que respeita a diversidade humana em todas as suas dimensões. Em seguida, o Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997, 1998) oferece às escolas a oportunidade de trabalhar a diversidade sexual com os/as alunos/as, incluído conceitos básicos e informações sobre sexualidade aos estudantes nas diferentes faixas etárias.

Antes, porém, precisamos trazer de forma sintética nossa compreensão acerca da diversidade. O termo diversidade designa algo mais amplo e, vai além do que podemos compreender, de modo que aqui nos cabe falar sobre a diversidade sexual e gênero. Concordamos então que a diversidade:

[...] Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das

diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram (Ferreira; Gunther, 2010 apud Gomes, 2008, p. 8).

E acrescenta que diversidade:

Significa então variedade, diferença, e multiplicidade que se constroem no contexto social, e sendo assim a diversidade pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais seria quanto mais complexa vão tornando as sociedades (Ferreira; Gunther, 2008, p. 11).

Por ser um termo tão vasto, podemos então dizer que existem várias diversidades, e, mesmo assim, ainda não será suficiente para pensar e tratar de todas. Todavia, enquanto parte integrante do processo de ensino-aprendizagem deve-se trabalhar para que a escola trate todos/as igualitariamente, e, sobretudo, não permitindo preconceitos, desigualdades e discriminações. Buscando sempre perceber as qualidades de cada um/a.

A educação então é a melhor forma para combater o preconceito e a discriminação de qualquer natureza. A partir dos anos 80, a demanda por trabalhar na área da sexualidade nas escolas aumentou em virtude da preocupação dos/das educadores/as com o grande crescimento da incidência de gravidez entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os/as jovens.

Sabe-se ainda, que o Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), possibilita trabalhar a orientação sexual como um tema interdisciplinar, onde se incluem informações sobre a educação sexual, não se limitando a um aspecto meramente biológico. O referido documento aponta que “as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir é respostas habituais dadas por profissionais da escola” (Brasil, 1998, p. 291). Portanto, a relevância de estudar tal temática, que busca trazer à reflexão dos limites e das possibilidades de agir em sala de aula de modo que a sexualidade seja vivida de modo seguro e feliz, a partir de concepções éticas, não violentas, não discriminatórias e nem de desigualdades de gênero.

Sendo a escola um espaço privilegiado para trabalhar a educação sexual, considerando que os/as alunos/as passam parte do tempo de sua vida nela, e que a

mesma se constitui um espaço significativo para a educação formal do ser humano, a escola deve oferecer uma educação inclusiva, que não seja discriminatória e sexista, mas que possibilite ao sujeito uma condição de evolução plena em sua totalidade. Portanto se faz necessário à escola:

[...] Abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado na escola, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa (Brasil, 1997, p. 121).

Nesse sentido, entendemos que a escola não pode fazer tudo sozinha, ela precisa das outras instancias da sociedade, como as famílias, associações, igrejas, dentre outras, para auxiliar na educação do indivíduo, formando-o/a um/a ser crítico/a e transformador/a da realidade em que vive.

Segundo Dias (2009), consta no último pacto Republicano da Constituição Federal de 1988 que se deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV, CF/1988); e, ainda, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...” (art. 5º, I, CF/1988).

É a partir desta ótica que se pode rever a legislação existente, pois esta é o alicerce sobre o qual está erguida a República Federativa do Brasil e os fundamentos dos Direitos Humanos (Dias, 2009). Sendo assim, a vida em sociedade deve ser pautada na categoria dos Direitos Sexuais, como Direitos Humanos, visto que:

Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do (a) parceiro (a). Direito de escolher o (a) parceiro (a) sexual. Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças. Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física. Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual. Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Direito de ter relação sexual independente da reprodução. Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva conforme (Rios; Adrião 2012, p. 214).

A vida nos desafia a todo instante, ela é dinâmica e constantemente surpreendente, exigindo de nós a necessidade de reflexão e reposicionamento, acreditando que tudo pode ser diferente, exigindo de nós uma postura de acolhimento e abertura, para escutarmos a necessidade do tempo. Vale ressaltar que os vínculos

afetivos entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram de acordo com os valores culturais e influências religiosas dominantes de cada época. Segundo Sayão e Pelizolli (2012), falar e pensar Direitos Humanos são preparar o olhar do/a outro/a para que ele/ela aprenda a ver o que está implícito diante dos nossos olhos, na verdade é reeducar e reaprender a ver o mundo a partir de outra ótica, numa atitude política, filosófica e ética.

Na cultura ocidental, a religião e as classes dominantes determinam o padrão da sexualidade no percurso da história e buscam limitar o exercício da sexualidade no casamento entre pessoas do sexo oposto que inicialmente era indissolúvel (Dias, 2003).

É preciso romper com os padrões da hétero normatividade para avançar no entendimento de que a homossexualidade não é pecado/doença e de que a identidade de gênero é algo que deve seguir a modelos e normas fechadas. Nessa linha de pensamento:

Gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (GDE-Livro de Conteúdo, 2009, p. 05).

Assim os modos como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Conforme o gênero, também há modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades.

Sabe-se que a escola é um espaço fundamental na prática da construção de novas atitudes, ao mesmo tempo em que é um lugar de construção de conhecimentos técnicos científicos que orientam em parceria com a família e demais atores o comportamento social. Portanto, a escola é um espaço privilegiado para trabalhar a diversidade da cultura humana e os valores éticos de respeito às pessoas.

No entanto, se é função da escola fomentar a construção de uma cultura de paz fundada no respeito aos Direitos Humanos, que é uma condição básica para o convívio social, os/as professores/as deve estar preparados/as para a desconstrução de estereótipos de gênero e discriminação da diversidade sexual intervindo em situações de preconceito e desigualdades de gênero.

As lutas por igualdades de gênero e respeitos as diferenças têm sido constantes em diversos contextos da sociedade, entre eles, e talvez um dos mais importantes – o ambiente escolar, que se caracteriza como o lugar da mudança, do universo da transformação.

As discriminações de gênero e sexual são dilemas que, para serem resolvidos, precisa necessariamente instrumentalizar cada vez mais os/as professores/as no desenvolvimento do respeito e da pluralidade e enfrentamento. “Desta forma, as desigualdades de gênero combinam-se com a discriminação social e étnico-racial” (GDE, 2009). É prática excludente e desumana que tem na educação e no conhecimento um instrumento capaz de minimizar os efeitos das ações de pessoas desinformadas que se vale do machismo e do patriarcalismo para se firmar e, assim reproduzirem e perpetuarem as mais diversas formas de violência motivadas pela cor, raça, etnia, gênero. Tais comportamentos são socialmente construídos e estão enraizados no berço da sociedade e é através de práticas pedagógicas críticas e propostas problematizadoras que poderemos alcançar uma sociedade mais democrática que respeite a todos/as. A seguir, algumas reflexões sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: reflexões necessárias

Temos visto ao longo da história da humanidade que a convivência com o/a outro/a pode ser uma das ações mais difíceis de praticar, ainda mais quando esse/a outro/a é “diferente”, ou foge a algum tipo de padrão imposto pela sociedade considerado como “normal” ou “certo”. A escola por ser lócus privilegiados por estar muito próximo das pessoas, tem condições de dialogar com elas sobre todos os assuntos inerentes a diversidade sexual e identidade de gênero.

Diversidade sexual é o termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana e suas possibilidades de expressão. Enquanto o gênero é um termo que designa a dimensão biológica da dimensão social do ser humano tendo por base o pensamento de que existem machos e fêmeas. Porém o modo de ser homem e

mulher é construído socialmente pela cultura, ou seja, o jeito de serem homens e mulheres é (sic) produtos da sociedade (GDE Livro de Conteúdo, 2009).

Já a identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser homem ou mulher, conforme atributos considerados próprios do comportamento feminino ou masculino. Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são convencionalmente estabelecidos a partir do gênero (GDE Livro de Conteúdo, 2009). Identidade de gênero é a forma como nós percebemos e desejamos que os outros nos reconheçam. Incluindo a maneira como agimos, o jeito de ser homem ou mulher, a maneira como nos vestimos, andamos e, a linguagem que utilizamos no dia a dia.

A identidade de gênero é muitas vezes confundida com a orientação sexual. Por exemplo, é muito comum as pessoas travestis serem consideradas como homossexuais, pois, o fato dessas pessoas portarem, em seus corpos, elementos caracterizados como femininos, leva a grande maioria das outras pessoas a afirmarem que a travesti se sente, necessariamente, atraída por homens. Na realidade, a travesti pode se sentir atraída (orientação do desejo) tanto por homens, quanto por mulheres e por outras travestis. Ser travesti não determina a orientação do desejo da pessoa.

Percebemos a complexidade e a amplitude que existe nos dois termos, tal qual falamos de diversidade sexual ou de identidade de gênero, precisamos de embasamento teórico e formação que nos permita abordar tais temas em sala de aula, visto que ambos estão presentes no espaço escolar e se não forem bem discutidos podem causar desde uma simples confusão de termos, à concretização de atos violentos contra os indivíduos que apresentam tais condições. Porém, infelizmente, muitos/as profissionais e as famílias ainda veem essa discussão em sala de aula como sendo o ensino de como ser gay, conforme reportagem publicada por Rayder Bragon, no portal *Uol Educação*, em 17 de maio de 2013, afirma que:

Algumas pessoas argumentam que qualquer discussão a respeito da diversidade sexual, no ambiente escolar, seria uma forma de incitarmos as crianças a se tornarem gays ou lésbicas. A gente sabe, no entanto, que a sexualidade é particular e algo próprio do ser humano. O importante é eles [alunos] perceberem que o diferente merece respeito e que respeitar as diferenças não significa que eu queira ser igual (Bragon, 2013, s/p)

E continua afirmando que existe preconceito entre os próprios docentes. O que é compreensível partindo do princípio de que eles/as também são frutos de uma sociedade marcada profundamente por uma educação formal e informal recriminadora e

preconceituosa que durante séculos e séculos coibiu os desejos sexuais, ora visto como motivo de vergonha, ora como sagrado de acordo com a visão da igreja. Dessa forma, apresentamos a seguir como foi feito o procedimento metodológico do nosso trabalho.

Percurso Metodológico

O presente artigo se constituiu de uma pesquisa qualitativa. Escolhemos essa técnica porque ela tem a capacidade de colher dados em profundidade sobre o modo de vida, costumes, opiniões [...] busca detalhes, reações emocionais, interesses (Ferreira, 2015, p. 06). Foi realizada a aplicação de questionários com os/as professores/as que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede municipal de ensino do Recife. O material empírico obtido foi submetido à técnica de análise de conteúdo. Portanto, esperamos, mesmo que brevemente, ter contribuído para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos acerca das relações de gênero e diversidade sexual, desconstruindo os padrões de preconceitos e modelos discriminatórios, de uma sociedade marcada por muito tempo pela a-criticidade e não conscientização de indivíduos.

De acordo com Fonseca (2002), todo trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa que utiliza esse instrumento para construção dos dados, tem resultado e respostas a diversos aspectos da realidade investigada. As perguntas, portanto, poderão ter: conteúdo sobre fatos, atitudes, costumes, sentimentos e comportamento presente ou passado, entre outros. Ainda segundo Livro de conteúdo do GDE (2009), a pesquisa que emprega o uso do questionário, tem em mãos um dos principais instrumentos de coleta de informações para produção de dados. Pelos motivos expostos foi que escolhemos esse instrumento, pois este nos permitiu buscar respostas que nos possibilitassem alcançar nossos objetivos.

Assim, o percurso metodológico deste trabalho utilizou/aplicou os questionários com 13 (treze) professores/as sendo (02) duas da Educação Infantil e 11 (onze) do Ensino Fundamental I, que atuam na Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti, no município de Recife-PE. Esses questionários continham 20 (vinte) questões sobre a

diversidade sexual e igualdade de gênero na escola, nas quais os/as colaboradores/as responderam a perguntas desde a idade, formação acadêmica, prática pedagógica até situações de discriminação ou preconceito decorrente do gênero e expressões da sexualidade no espaço escolar.

A Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti está localizada na Rua José Augusto, s/nº, Torrões, Recife-PE e faz parte da rede pública do município de Recife-PE. A mesma funciona os três turnos (manhã, tarde e noite) disponibilizando para clientela local a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAII e tem aproximadamente 700 alunos/as matriculados/as.

A seguir apresentamos os resultados e discussões do presente trabalho.

Resultados discussões

Como já foi dito, foram aplicados 13 (treze) questionários aos docentes, da referida escola. Para a sistematização dos resultados, as questões mais significativas serão apresentadas e analisadas a partir de então. Do total de docentes que participaram deste estudo, 03 (três) se reconhece do gênero masculino e 10 (dez) do gênero feminino. A faixa etária dos/as participantes encontra-se entre os 25 e 65 anos, em média. No que se refere à orientação sexual 01 (um) docente se declara como homossexual e os demais se declararam como heterossexual. Em relação à religião 08 (oito) se afirmaram ser católicos/as, 01 (uma) espírita, 01 (um) sem religião, 02 (duas) evangélicas e 02 (dois) se afirmaram ter outro tipo de religião. Quanto à etnia 07 (sete) se declararam branco/a, 05 (cinco) pardo/a e 01 (uma) preta. Dos treze docentes, uma tem formação em nível médio (magistério), uma tem mestrado, uma graduação e dez tem especialização. Dos treze docentes quando questionados/as se já receberam formação para trabalhar a temática de gênero e diversidade sexual apenas duas tiveram essa formação, uma pela Universidade Federal de Pernambuco e a outra pela Secretaria de Educação do Recife. Quando questionados/as se trabalham a temática de gênero e diversidade sexual em sala de aula, 07 (sete) afirmaram que não trabalham e 06 (seis) trabalham. Os/as que trabalham tais temáticas disseram que suas práticas são: roda de conversas, conscientização, leituras, vídeos, reportagens, entre outras.

Percebemos pelas respostas dos/das 06 (seis) participantes que em suas práticas pedagógicas, o tema gênero e diversidade são trabalhados em sala de aula e isso nos permite inferir que as discussões relativas ao tema pesquisado estão chegando onde

deveriam: na escola. Porém, isso ainda não é suficiente, haja vista que o ideal seria se toda escola tivesse participando dessas rodas de conversas, que tivesse palestras acerca do tema e que de fato a prática docente fosse permeada por ações capazes de despertar nos/as alunos/as o respeito ao/a outro/a, ao diferente. O que reporta ao Livro de conteúdo do GDE (2009, p. 33) ao afirmar que: “é no espaço escolar que os/as estudantes podem [...] exercitar o respeito à diferença”. Deste modo, as diferenças sejam de gênero, etnia, raça, cor ou religião é um adentro a mais na convivência para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e desigual. No entanto:

[...] Situações de discriminação e preconceito estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignorados, encarados como brincadeiras. É importante não negá-la e sem reconhecê-las e trabalhá-las, tanto no diálogo interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestam no cotidiano escolar (CANDAU, 2010, p. 32).

É possível inferir que a escola em algumas situações é conivente com tais práticas, isto é, ao repreender/reprimir um/uma aluno/a por ele/ela ter características acentuadamente mais masculinas ou femininas ela está perdendo a oportunidade de refletir e discutir coletivamente as consequências de atitudes preconceituosas, por exemplo, a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia.

Quando questionados/as se a homossexualidade é uma doença todos/as afirmaram que não. Questionados/as sobre a possível existência de algum/a aluno/a que se assume como homossexual e qual a relevância disto no contexto escolar, 11 (onze) docentes afirmaram que simplesmente não se importaria, 01 (um) falou que não se importaria desde que o/a aluno/a não demonstrasse sua orientação e 01 (uma) falou que não se importaria, mas que não sabe lidar com a situação. Em relação a uma aluna travesti 12 (doze docentes) permitem em sala de aula se vestir de acordo com sua identidade de gênero e 01 (uma) afirmou que a travesti tem que se vestir correspondente ao sexo biológico.

Aqui vemos que existem onze docentes ao serem interpelados sobre a relevância da existência de alunos e alunas homossexuais no contexto escola, eles/as afirmam que não se importariam em ter pessoas com tais orientações sexuais em sala de aula. No entanto, nos perguntamos em que circunstâncias esses profissionais não se importariam em ter alunos/as com uma orientação sexual que foge aos padrões sociais em suas

respectivas salas de aula? Será que a forma de tratamento é a mesma destinada aos discentes que se portam de acordo com o sexo biológico que tem?

Por outro lado, entendemos e defendemos a existência de alunos/as homossexuais em sala de aula, não só por um direito universal, conforme destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo 26, afirma que todos têm direito a instrução, ou seja, além de todos/as terem direito a educação, eles/as têm o direito de serem respeitados/as independentes de condições e diferenças, sejam elas de quaisquer tipologias.

Quando questionados/as que atitude a escola deve tomar ao saber que o/a aluno/a é homossexual 01 (uma) professora afirmou que encaminharia o/a aluno/a para orientação psicológica, 02 (duas) professoras responderam que convocariam os/as responsáveis, 06 (seis) não teriam nenhuma atitude e 04 (quatro) professores/as responderam que tomariam outros encaminhamentos como: trabalhar os/as demais alunos/as da sala, sensibilizar o corpo docente e a comunidade e saber se os/as responsáveis estão cientes.

Acreditamos que essa seja a atitude mais sensível e pedagógica a ser tomada, pois, uma vez que trabalhamos esses temas a possibilidade de aceitação e respeito ao/a outro/a é maior e, portanto, é válida. Por outro lado, sabemos que ignorar os fatos só trará insegurança e deixa margens que uma provável evasão escolar e até mesmo de atitudes preconceituosa por parte do/as colegas.

Do total de entrevistados/as 10 (dez) professores/as já lecionaram, no percurso de sua carreira profissional, a alunos/as homossexuais que foram identificados/as, em sua maioria, a partir do comportamento no contexto de sala de aula e/ou espaço escolar. E, segundo os docentes são poucos os/as alunos/as que declaradamente se identificam como homossexuais. Diante da situação de declarar ou não, a orientação sexual, mais uma vez os/as professores/as afirmaram que o fundamental diante de tais situações é sempre agir com respeito para com as orientações e identidades dos/as alunos/as. Os docentes também declararam que as escolas onde atuam, buscam respeitar as diferentes expressões da diversidade sexual dos discentes.

Um dos papéis fundamentais da escola é atuar na busca pelo respeito e emancipação dos indivíduos, ela precisa criar momentos educativos permanentes de ações e práticas, “a escola é um lugar onde há um diálogo aberto sobre esses temas e

onde se confrontam e sistematizam seus conhecimentos prévios atribuídos ao discurso escolar” (Livro de conteúdo do GDE, 2009, p. 183). Dito de outra forma, a escola é um lugar privilegiado, pois ao conviver diretamente com os conflitos dos/as jovens têm a oportunidade de discutir e exercitar a prática do diálogo, do respeito às individualidades de cada um/uma, da tolerância, bem como da conscientização de que somos todos/as iguais.

Dos docentes entrevistados, apenas 07 (sete) se sentem preparados/as para responder aos discentes sobre perguntas ligadas a diversidade sexual e/ou identidade de gênero e, 06 (seis) docentes afirmaram não se sentir aptos/as a responder, intervir e/ou mediar tais questões. Apesar deste índice, é importante que a diversidade sexual seja tema transversal em todas as disciplinas, pois o preconceito também é vivido na escola, tanto entre professores/as em relação aos/as alunos/as, como entre os/as alunos/as e até mesmo entre os/as próprios/as professores/as.

Cabe, portanto, aos cursos de formação de docentes prepararem os futuros profissionais para lidar com tais questões e, também, que as secretarias estaduais e/ou municipais de educação realizem encontros, palestras, debates para os/as professores/as, no intuito de que os mesmos se sintam mais preparados/as para o diálogo aberto e reflexivo com os/as alunos/as. O medo e o preconceito às diferenças, muitas vezes provocados pelo desconhecimento, geram violências físicas e simbólicas. A escola deve ser um espaço onde seja possível experimentar e vivenciar a diversidade, um espaço que possibilite a convivência com a diversidade, pluralidade de identidades e culturas. Prezando sempre pelo respeito e desenvolvimento pessoal e coletivo.

A escola ao formar pessoas conscientes, críticas e éticas, cumprirá com sua função formativa, de sujeitos capazes de viverem/conviverem socialmente e a convivência com as diversidades se coloca então como uma forma de conhecer o/a outro/a e suas especificidades.

Quando questionados/as sobre como reagiriam em uma situação de discriminação por orientação sexual por parte de professor/a ou funcionário da unidade escolar, 10 (dez) professores/as afirmaram que conversariam com o colega que agiu desta forma, 03 (três) professores/as afirmaram que denunciariam o fato à gestão da escola para que a mesma tomasse os encaminhamentos necessários.

Diante de situações de discriminação relacionadas à orientação sexual 09 (nove) professores/as afirmaram que já presenciaram situações de violência e/ou discriminação entre os/as próprios/as alunos/as. Outros 04 (quatro) docentes afirmaram já ter presenciado situações de violência e/ou discriminação entre professores/as e alunos/as.

Quando questionados/as sobre casais do mesmo sexo demonstrando afetos e de mãos dadas no ambiente escolar, caso fosse permitido para os casais heterossexuais, 09 (nove) professores/as afirmaram não ver problema em tal situação, 04 (quatro) professores/as acham que tal situação é um desrespeito para casais de ambas às orientações sexuais.

Quando questionados/as como agiriam a uma situação de discriminação sexual ou identidade de gênero entre alunos/as em sala de aula 12 (doze) professores/as responderam que realizariam um debate em sala sobre a temática e 01 (uma) professora mandaria para a direção.

Foi perguntado, por fim, quais limites e a possibilidade em trabalhar com as questões da sexualidade e gênero em sala de aula/escola. Sobre tal questão, os/as professores/as afirmaram que o que limita o diálogo e a reflexão sobre tal temática é a crença religiosa dos/das alunos/as, o preconceito, os padrões postos pela sociedade e a falta de interesse da escola.

Acreditamos que no tange as questões levantadas pelos/as docentes, a formação inicial e continuada, bem como a falta dela, faz toda diferença na prática educativa, quando é sólida permite ao/a educador/a utilizar-se dos conhecimentos prévios dos/das alunos/as, assim como suas indagações para dialogar sobre temas próprios da sala de aula e da sociedade.

Nesse sentido, precisamos compreender o sentido da educação, da escola e das práticas pedagógicas e as suas relações com a sociedade. Essas práticas perpassam pela formação de professores/as que como agentes diretos do processo de ensino-aprendizagem precisam ser capacitados/as e habilitados/as para atuarem diante das situações motivadas por preconceitos, discriminações e estereótipos. Portanto, esperamos, mesmo que brevemente, ter contribuído para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos acerca das relações de gênero e diversidade sexual, desconstruindo os padrões de preconceitos e modelos discriminatórios, de uma sociedade marcada por muito tempo pela a-criticidade e não conscientização de indivíduos.

Conclusão

Pela pesquisa realizada, percebemos que as questões referentes à diversidade sexual e a igualdade de gênero atreladas a educação, são frequentemente debatidos pelos movimentos sociais e outros espaços que discutem políticas públicas afirmativas para a educação pautada na laicidade e nos Direitos Humanos. Constatamos que há necessidade de estudos, informação e formação que busquem compreender de que maneira os aspectos associados à diversidade sexual ainda são tímidos e ressoam na limitação que os/as professores/as sentem diante de situações que exigem conhecimentos sobre o referido tema.

A introdução dessas políticas e diretrizes objetiva a promoção do respeito à diversidade sexual, de gênero, para impulsionar mudanças institucionais ao mobilizar a sociedade para lutar em prol da superação de preconceitos e discriminações historicamente consolidadas, tradicionalmente associadas ao controle e à repressão de minorias. Acreditamos que nossa pesquisa alcançou os objetivos propostos e, abriu espaços para outras discussões, como podemos perceber nas respostas dos/as colaboradores/as.

Dessa forma, existem muitas limitações tanto por parte da própria escola quanto por profissionais que atuam nas escolas. Há também que se perceber que essa é uma discussão relativamente incipiente e, portanto, ainda precisa ser mais explorada no meio educacional, a fim de formar cidadãos/as críticos/as e transformadores/as da sua realidade.

Referências

- BRASIL, Constituição. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 292 p.
- BRASIL, Constituição, Secretaria de Educação Fundamental. 1997. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF.
- BRAGON, Rayder. 2013. *Falar de diversidade sexual é visto como ensinar a ser gay, diz docente*. Disponível em:< <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/17/abordar-diversidade-sexual-na-escola-e-visto-como-aula-para-ser-gay-diz-professor.htm> > Acesso em 27/08/2015
- CANDAU, Vera Maria (orgs). 2010. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes.
- CANEN, Ana. XAVIER, Giseli Pereli de Moura. 2011. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 48, p. 641-661.

DIAS, M. B. 2009. Família homoafetiva. *Bagoas*, n. 03, v.2, p. 39-63.

FERREIRA, Windyz Brazão. 2009. Técnica qualitativa de coleta de dados, In: *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009.* – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FERREIRA, Antônio; GUNTHER, Rosangela. Integração e diversidade na escola: possibilidades e Limites. In: *II Simpósio Nacional de Educação. XXI Semana de Pedagogia: Infância, Sociedade e Educação.* De 13 a 15 de outubro de 2010- Anfiteatro Campus de Cascavel, Paraná.

FONSECA, João José Saraiva da. 2002. *Metodologia da pesquisa científica.* Fortaleza: UEC.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM.

RIBEIRO, Mônica Dias. 2012. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. *Revista Eletrônica: LEPES- PIBID de Ciências Sociais-UEL.* Edição v. 1, n. 2.

SEMENTE, M. (Org.) 2012. *Educação em direitos humanos e diversidade.* Recife: Ed. Universitária da UFPE.

SILVA, Tomaz Tadeu da. 2004. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.